

Tensão Colômbia e Estados Unidos: a soberania Latino-americana e a integração aos BRICS+ como uma afronta ao ego estadunidense?

KAIO LUCAS S. MESQUITA E CÍNTIA GUIMARÃES DE LUCENA

"[...] A América Latina não quer, nem tem qualquer razão para querer, ser massa de manobra sem vontade própria; nem é meramente um pensamento desejoso que sua busca por independência e originalidade deva se tornar uma aspiração do Ocidente. [...]"

(Gabriel García Márquez, em tradução livre, durante discurso de aceitação do Nobel de Literatura em 1982)

“Resisti à tortura e resisto a você.” Essa foi a fala de Gustavo Petro, presidente da Colômbia, diante das ameaças de Donald Trump, presidente dos Estados Unidos (EUA). Em 26 de janeiro de 2025, a Colômbia recusou a entrada de voos militares dos Estados Unidos que transportavam imigrantes colombianos deportados. Em resposta, Donald Trump anunciou a imposição de tarifas de 25% sobre todos os produtos colombianos importados pelos EUA e ameaçou elevar essas tarifas para 50% na semana seguinte, levando o presidente colombiano a realizar a mesma ameaça de taxaço sobre produtos americanos (McLeary et al, 2025). Além disso, Trump indicou possíveis sançoões ao setor financeiro colombiano e restriçoões de vistos para funcionários do governo colombiano, bem como afirmou, em tom autoritário, que haverá ‘consequências severas’ para quem não cooperar com os Estados Unidos (Medeiros Filho, 2025). Essa situação exemplifica um padrão histórico de intervençoões e coerçoão por parte dos Estados Unidos na América Latina, um fenômeno que remonta ao passado de controle político e econômico sobre a região e que ainda se manifesta nas relações contemporâneas.

Dessa maneira, a presente análise objetiva refletir sobre a recente tensão entre Colômbia e Estados Unidos e explicitar os desafios contínuos nas relações hemisféricas, em que medidas unilaterais têm o potencial de impactar significativamente a economia, a política e as democracias dos países latino-americanos. Concomitantemente, propõe-se refletir ainda sobre como a busca por novas alianças e a ascensão dos BRICS+, frente a essa tensão,

tendem a ser fomentadas como uma tentativa de equilibrar influências e fortalecer a soberania da Colômbia diante de pressões externas. Com base na teoria da dependência, a aproximação de países, como a Colômbia aqui exposta, com a aliança dos maiores protagonistas do sul global pode ser vista como uma tentativa de contrabalançar a hegemonia estadunidense e questionar a liderança hostil de Donald Trump.

Intervenções dos Estados Unidos na América Latina

Historicamente, os Estados Unidos intervieram na América Latina de diversas formas para garantir seus interesses estratégicos e econômicos. John Coatsworth documenta que, entre 1898 e 1994, o governo estadunidense alterou governos latino-americanos, pelo menos, 41 vezes, com uma intervenção a cada 28 meses (Coatsworth, 2005). Essas intervenções variaram de ações militares diretas até apoio a golpes de Estado e a regimes autoritários, frequentemente justificadas pela proteção da segurança nacional dos EUA. Contudo, muitas dessas ações são vistas como desproporcionais, já que, como aponta Coatsworth, a América Latina nunca representou uma ameaça militar significativa ao país.

Os motivos dessas intervenções estiveram, em grande parte, ligados à proteção de interesses econômicos e à manutenção da hegemonia política dos Estados Unidos na região. Essa dinâmica reflete o que o autor Eduardo Galeano descreve como um “sistema de exploração e dominação persistente”, que se arrasta desde os tempos coloniais até o presente, pois a história da América Latina é marcada pela resistência à opressão (Galeano, 2019, p. 122). Ainda que as intervenções militares tenham diminuído, as relações assimétricas entre os Estados Unidos e os países latino-americanos seguem moldando a política externa da região.

Essa influência na América Latina remonta ao século XIX, com a Doutrina Monroe, e tem sido marcada por uma lógica de dominação e de subordinação, bem como por intervenções que comprometem a autodeterminação dos países da região. Durante a Guerra Fria, a intervenção estadunidense na região foi justificada sob o pretexto de conter o avanço do comunismo, resultando em operações

como a Operação Condor, uma aliança entre governos sul-americanos, com apoio norte-americano, que utilizou métodos violentos para reprimir movimentos de esquerda e opositores políticos (Calloni, 2006; Mcsherry, 2012).

Tal Operação simboliza a ingerência, na qual, sob o pretexto de combater o comunismo, os Estados Unidos apoiaram regimes autoritários responsáveis por graves violações de direitos humanos. Como resultado, essa política não apenas enfraqueceu as instituições democráticas na região, mas também consolidou regimes autoritários que perpetuaram desigualdades sociais e econômicas (Ibid.).

A Coerção Estadunidense

Os Estados Unidos utilizam sanções econômicas como uma ferramenta de política externa para influenciar o comportamento de outros países, buscando pressionar governos a modificar políticas sem recorrer à força militar (Hufbauer; Schott; Elliot, 2007). Essas sanções podem assumir diversas formas, como restrições comerciais, bloqueios financeiros e embargos a setores específicos da economia (Ibid.).

Em janeiro de 2025, logo após ser eleito, Donald Trump cumpriu suas promessas hostis de campanha e assinou uma série de decretos. Dentre eles, estava a repatriação forçada de imigrantes indocumentados latino-americanos nos Estados Unidos. Em resposta, a Colômbia recusou a entrada de voos militares norte-americanos que transportavam imigrantes colombianos deportados – esses voos eram realizados por meio de aviões comerciais e foi a mudança para aviões militares que causou a resposta negativa da Colômbia, frente à alegação das condições precárias a que essas pessoas estavam sendo submetidas durante o processo de deportação (Mcleary et al, 2025).

A crise recente entre Colômbia e Estados Unidos, desencadeada pela recusa colombiana em aceitar voos militares dos Estados Unidos, levou Trump a ameaçar a imposição de tarifas de 25% sobre produtos colombianos, com a possibilidade de aumentá-las para 50% caso a Colômbia não cedesse (Ibid.). Além disso, ele ameaçou restrições ao setor financeiro e revogação de vistos para funcionários do governo colombiano. Essa estratégia reflete o padrão de coerção econômica recorrente na política externa dos Estados Unidos, explorando a dependência

econômica da América Latina (Ibid.).

No cenário contemporâneo, a influência estadunidense na América Latina persiste por meio de mecanismos econômicos e diplomáticos, bem como de sanções, de pressões comerciais e de condicionalidades políticas (Mcleary et al, 2025). A imposição de tarifas sobre produtos colombianos e as ameaças de sanções ao setor financeiro do país, em resposta à recusa de voos militares, exemplificam essa continuidade de práticas coercitivas. Essas ações refletem uma lógica de poder que busca manter a subordinação dos países periféricos aos interesses das potências centrais. Sendo assim, embora o contexto geopolítico global tenha se transformado desde os séculos XIX e XX, práticas coercitivas por parte dos EUA persistem, como demonstrado pela recente tensão com a Colômbia.

Esse contexto pode ser elucidado pelo discurso intitulado “A solidão da América Latina,” realizado por Gabriel García Márquez, durante aceitação do Nobel de Literatura, em 1982:

A América Latina não quer, nem tem razão alguma, para ser um peão sem vontade própria; nem é meramente uma ilusão que sua busca por independência e originalidade se torne uma aspiração ocidental [...] Não: a imensurável violência e dor de nossa história são o resultado de antigas desigualdades e amarguras indizíveis, e não uma conspiração tramada a três mil léguas de nossa casa. [...] Esta, meus amigos, é a verdadeira dimensão da nossa solidão.

Apesar disso, à opressão, à pilhagem e ao abandono, respondemos com a vida. Nem inundações, nem pragas, fomes nem cataclismos, nem mesmo as guerras eternas de século após século, foram capazes de subjugar a vantagem persistente da vida sobre a morte. (Gabriel García Márquez, 1982)

No discurso, Gabriel García Márquez descreve a solidão da América Latina como fruto de desigualdades históricas

e violências estruturais, ressaltando que a região não é “um peão sem vontade própria”. Essa afirmação ecoa diretamente na resistência da Colômbia frente às ameaças dos EUA em 2025. A postura de Gustavo Petro, ao recusar voos militares estadunidenses e retaliar com tarifas, reflete a rejeição a um papel subalterno, alinhando-se à ideia de Márquez de que a região não aceita mais ser tratada como “uma conspiração tramada a três mil léguas” por potências estrangeiras.

A tensão atual exemplifica um padrão histórico: desde o século XIX, os EUA intervieram na América Latina via golpes, sanções e controle econômico, como mencionado por Márquez, ao criticar a “demência” pós-independência e a persistente busca por autonomia. A ameaça de Trump de elevar tarifas para 50% e impor sanções financeiras reproduz mecanismos de coerção que Márquez associava à “opressão, pilhagem e abandono!”.

Teorias Críticas e a luta pela autonomia na América Latina

A Teoria da Dependência, desenvolvida por pensadores como Ruy Mauro Marini (1973) e Theotônio dos Santos (1970), oferece uma perspectiva crucial para entender a posição subalterna dos países latino-americanos no sistema capitalista global. Segundo essa teoria, países periféricos, como a Colômbia, permanecem subdesenvolvidos devido à sua inserção desigual na economia mundial, marcada pela exploração de recursos e pela dependência de potências centrais, como os Estados Unidos. Essa dependência é evidenciada, por exemplo, nas sanções e nas tarifas impostas pelos EUA, que limitam a autonomia política e econômica dos países latino-americanos.

O pensamento decolonial, por sua vez, amplia essa análise ao argumentar que as relações de poder estão enraizadas na colonialidade do poder, um conceito desenvolvido por Aníbal Quijano (2000) e Walter D. Mignolo (2000). A colonialidade, segundo esses autores, não se limita ao período colonial formal, mas persiste nas estruturas econômicas, políticas e culturais que perpetuam a dominação dos países centrais sobre os periféricos. A postura do governo Trump, com ameaças de sanções e controle econômico sobre a América Latina, exemplifica a perpetuação dessa lógica colonial, que busca manter

a subordinação da América Latina mesmo após o fim do colonialismo formal.

Noam Chomsky (1999), em suas críticas à política externa dos Estados Unidos, reforça essa perspectiva ao argumentar que as intervenções norte-americanas não são motivadas por princípios democráticos, mas por interesses econômicos e estratégicos. Para Chomsky (1999), os EUA utilizam seu poder para moldar governos e políticas conforme seus interesses, muitas vezes recorrendo a medidas coercitivas para enfraquecer nações que resistem à sua influência. Esse padrão de coerção econômica e política mantém a América Latina presa a uma dinâmica de dependência, dificultando sua busca por autonomia real.

Essas teorias, em conjunto, tornam-se cada vez mais atuais ao fornecerem um arcabouço analítico para compreender as tensões contemporâneas entre soberania nacional e influências externas. Elas destacam a necessidade de políticas externas latino-americanas que priorizem a autodeterminação e a justiça global, buscando romper com as estruturas de dominação que historicamente caracterizaram as relações entre os países da América Latina e as potências centrais.

Soberania nacional como fortalecimento da democracia latino-americana: uma afronta ao ego estadunidense?

Diante das ameaças de Trump, o presidente Gustavo Petro recusou-se a permitir que voos militares dos EUA aterrissassem no país para finalizar as deportações. Sua postura simbolizava a tentativa de romper com laços de dominação impostos pelas pressões externas e como modo de fortalecer a democracia latino-americana, ainda que a dependência econômica da Colômbia em relação aos EUA continue a ser um fator limitante. A reação do presidente colombiano diante das ameaças de Donald Trump destaca os desafios contínuos nas relações hemisféricas, em que medidas unilaterais podem impactar significativamente as economias e a política dos governos latinos. Isso reflete uma tentativa de afirmar a soberania colombiana diante de pressões externas, buscando equilibrar influências

externas e fortalecer a autonomia política e econômica do país.

No entanto, a realidade geopolítica e econômica impõe limitações à autonomia colombiana. Os Estados Unidos, segundo o Relatório Agronegócio Colômbia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2022), são o principal parceiro comercial da Colômbia, e a imposição de tarifas elevadas poderia ter consequências devastadoras para a economia do país, afetando setores-chave, como o agrícola e o manufatureiro. Além disso, sanções ao setor financeiro poderiam restringir o acesso da Colômbia a mercados internacionais e a investimentos estrangeiros. Dessa forma, embora a resistência de Petro simbolize uma defesa da soberania nacional, a interdependência econômica limita a capacidade de ação independente por parte do governo colombiano.

Integração com os BRICS: uma alternativa à dicotomia de soberania nacional e a predatória interdependência econômica com os EUA?

No cenário atual e diante dessas pressões, observa-se uma mudança na geopolítica regional, com países latino-americanos buscando diversificar suas alianças econômicas e políticas para reduzir a dependência dos Estados Unidos. Diante da atual conjuntura aqui explicitada, podemos trazer à luz a manifestação de interesse da Colômbia, em 2024, em ingressar no BRICS+ (Brasil, 2025).

Essa movimentação pode ser entendida como uma estratégia de autonomia, no sentido proposto por Juan Carlos Puig (1980), que defende a capacidade dos Estados de tomar decisões independentes em um sistema internacional marcado por assimetrias de poder. Ao buscar integrar-se ao BRICS+, a Colômbia visa reduzir sua dependência econômica e política dos Estados Unidos, ampliando suas parcerias comerciais e estratégicas com outros atores globais. No entanto, essa estratégia não está isenta de desafios: a inserção no BRICS+ exige a conciliação de interesses divergentes entre os membros

do bloco, além de enfrentar possíveis retaliações por parte do governo estadunidense, que pode interpretar essa aproximação como uma ameaça à sua influência na região. Além disso, a autonomia relativa que a Colômbia busca alcançar depende de sua capacidade de negociar e manter relações equilibradas com múltiplos atores, sem cair em novas formas de dependência.

A aproximação da Colômbia com os BRICS+ reflete uma estratégia para equilibrar influências externas. Márquez (1982) já questionava a dependência, argumentando que a interpretação da realidade latino-americana por padrões externos só aumenta a solidão do continente. Ao buscar parcerias com Brasil, China, Rússia e outros membros do bloco, a Colômbia tenta romper com a hegemonia dos EUA, alinhando-se à visão de que a região deve perseguir “métodos distintos em condições diferentes” para alcançar a justiça social.

Essa movimentação também ressoa com a crítica de Márquez (1982) aos Estados que não reconhecem seu próprio passado violento e imperialista. O que se revela é um projeto deliberado de instrumentalização geopolítica. Os Estados Unidos, historicamente, têm tratado a América Latina não como interlocutor soberano, mas como espaço de projeção de interesses unilaterais –seja mediante intervenções diretas, seja por meio de acordos assimétricos que perpetuam dependências estruturais. Nesse cenário, a articulação com os BRICS+ emerge como contraponto paradigmático: ao priorizar a harmonia econômica como fim em si mesmo, o bloco propõe uma lógica cooperativa que transcende a mera competição por zonas de influência. Enquanto Washington reduz a região a peça secundária em seu tabuleiro estratégico, os BRICS+ sinalizam, ainda que de forma incipiente, a possibilidade de interações baseadas em reciprocidade estrutural como reconhecimento de que a multipolaridade exige novas gramáticas de poder.

Considerações Finais

A recente crise diplomática entre a Colômbia e os Estados Unidos evidencia a persistente tensão entre soberania nacional e influências externas nas relações hemisféricas. A postura assertiva do presidente Gustavo Petro, ao recusar os voos militares norte-americanos, simboliza uma tentativa de reafirmação da autonomia colombiana diante de pressões históricas. Contudo, a retaliação econômica

imediatamente por parte dos Estados Unidos, com a imposição de tarifas e ameaças de sanções adicionais, ressalta a vulnerabilidade econômica de nações latino-americanas frente à hegemonia estadunidense.

A tensão Colômbia-EUA evidencia que a “imensurável violência e dor” citadas por Márquez (1982) persistem, mas também revelam uma mudança de paradigma. A postura de Petro, assim como a defesa do autor por uma “utopia de vida,” mostra que a América Latina está reescrevendo sua narrativa, recusando-se a ser um “peão” e buscando “uma segunda oportunidade” por meio de alianças soberanas. A ascensão dos BRICS+ não é apenas uma resposta econômica, mas um ato de resistência política, no qual a solidão se transforma em força coletiva.

A busca da Colômbia por diversificação de parcerias, manifestada pelo interesse em ingressar no BRICS+, representa uma estratégia para mitigar essa dependência e ampliar seu leque de alianças estratégicas. Todavia, essa iniciativa traz consigo desafios significativos, como a necessidade de harmonizar interesses nacionais com interesses do grupo e a possível intensificação de tensões com os Estados Unidos, que podem interpretar tal movimento como uma ameaça. Historicamente, intervenções, como a Operação Condor, demonstram os riscos associados à submissão a potências hegemônicas, resultando em violações de direitos humanos e no enfraquecimento institucional. As lições desse período reforçam a importância de políticas externas que priorizem a soberania e a autodeterminação, evitando alianças que possam comprometer a integridade democrática.

As teorias do Sul Global, como a Teoria da Dependência e o pensamento decolonial, oferecem ferramentas analíticas para compreender essas dinâmicas de poder e de resistência. Os países da América Latina, ao buscarem maior autonomia em um mundo multipolar, enfrentam o desafio de equilibrar suas relações internacionais sem reproduzir as assimetrias de poder que historicamente os caracterizaram.

Sendo assim, a correlação entre os eventos de janeiro de 2025 entre a Colômbia e os Estados Unidos ilustra como o legado de García Márquez permanece vivo, não apenas na literatura, mas na luta contemporânea por autonomia, democracia e dignidade.

Referências

BRASIL. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. Relatório Agronegócio Colômbia. 1. ed. Brasília, DF. 2022.

BRASIL. **Ministério das Relações Exteriores**. Nota à imprensa Nº 159, 17 de abril de 2024. Declaração Conjunta dos Presidentes de Brasil e Colômbia. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-dos-presidentes-de-brasil-e-colombia. Acesso em: 30 jan. 2025.

BBC NEWS BRASIL. **Trump e Colômbia: Com sanções, presidente sinaliza “consequências severas” para quem não cooperar com EUA**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cdd93&zg9vvo>. Acesso em: 26 jan. 2025.

CALLONI, S. **Operación Cóndor: pacto criminal**. La Habana: Fondo Cultural del ALBA, 2006.

COATSWORTH, J. United States Interventions. **ReVista, Universidade de Harvard**, 2005. Disponível em: <https://revista.drclas.harvard.edu/united-states-interventions/>. Acesso em: 8 fev. 2025.

DA SILVA, L. F. Imperialismo e dependência estrutural latino-americana: alguns aspectos conceituais, históricos e contemporâneos. **Caracol**, n. 20, p. 100-133, 2020.

DINGES, J. **Os anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DINGES, J. The Condor Years: How Pinochet and His Allies Brought Terrorism to Three Continents. New York: **The New Press**, 2004. Disponível em: <https://thenewpress.com/books/condor-years>. Acesso em: 29 jan. 2025.

DOS SANTOS, T. **A teoria da dependência: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

FERNANDEZ, M.; MORAIS, M. Por que o desmonte do Estado pode ser pior no 2º governo Trump. **Nexo Jornal**, 20 jan. 2025. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2025/01/20/trump-assume-segundo-governo-desmonte-do-estado>. Acesso em: 20 jan. 2025.

FRAGA, G. W.; MAHLKE, He. A Operação Condor e os Direitos Humanos na América Latina. **Diálogo**, n. 16, p. 89-105, 2010.

Referências

GRANDIN, G. **Empire's Workshop: Latin America, the United States, and the Rise of the New Imperialism**. New York: Metropolitan Books, 2006.

HUFBAUER, G. C.; SCHOTT, J. J.; ELLIOTT, K. A. **Economic Sanctions Reconsidered: History and Current Policy**. 3. ed. Washington, D.C.: Peterson Institute for International Economics, 2007.

KORNBLUH, P. **The Pinochet File: A Declassified Dossier on Atrocity and Accountability**. New York: The New Press, 2013.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 1973.

MCLEARY, P.; GUIDA, V.; WARD, M.; et al. Trump says he is slapping tariffs on Colombia after it turns around US migrant flights. **POLITICO**, 26 jan. 2025. Disponível em: <https://www.politico.com/news/2025/01/26/trump-columbia-tariffs-plane-migrants-00200642>. Acesso em: 26 jan. 2025.

MCSHERRY, J. P. **Predatory States: Operation Condor and Covert War in Latin America**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2012.

MÁRQUEZ, G. G. The solitude of Latin America. **Nobel Lecture**, 8 de Dezembro, 1982. Disponível em: <https://www.nobelprize.org/prizes/literature/1982/marquez/lecture/>. Acesso em: 30 jan. 2025

MEDEIROS FILHO, O. Da Groenlândia ao Panamá: expansionismo ou recuo geopolítico? **Estadão**, 15 jan. 2025. Disponível em: https://www.estadao.com.br/opiniaao/espaco-aberto/da-groenlandia-ao-panama-expansionismo-ou-recuo-geopolitico/?utm_source=estadao:app&utm_medium=noticia:compartilhamento. Acesso em: 15 jan. 2025.

MENJÍVAR, C.; RODRÍGUEZ, N. (Eds.). **When States Kill: Latin America, the U.S., and Technologies of Terror**. Austin: University of Texas Press, 2005.

MIGNOLO, W. **Local Histories/Global Designs: Coloniality, Subaltern Knowledges, and Border Thinking**. Princeton: Princeton University Press, 2000.

CHOMSKY, N. **Profit Over People: Neoliberalism and Global Order**. New York: Seven Stories Press, 1999.

PUIG, J. C. **Doctrinas internacionales y autonomía latinoamericana**. Caracas: Instituto de Altos Estudios de América Latina, 1980.

Referências

QUIJANO, A. **Coloniality of Power, Eurocentrism, and Latin America**. *Nepantla: Views from South*, v. 1, n. 3, p. 533-580, 2000.

TOUSSAINT, E. A esquerda latino-americana entre a China, os EUA, o progressismo tardio e a extrema direita. **CADTM**, 20 jan. 2025. Disponível em: <https://www.cadtm.org/A-esquerda-latino-americana-entre-a-China-os-EUA-o-progressismo-tardio-e-a>. Acesso em: 20 jan. 2025.